

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA AMAZÔNIA: AS POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS NO PERÍODO DE 1980-2008 EM MANAUS – AM (BR)

L. K. F. Moura, J. A. Oliveira e J. A. Alves

RESUMO

A habitação é uma necessidade básica de todo ser humano, todos moram em algum lugar. Em uma perspectiva geográfica, este trabalho analisa as políticas públicas habitacionais populares realizadas pelo Governo do Estado, na Zona Norte da cidade de Manaus, no período 1980-2008 com a construção do Conjunto Cidade Nova. O conjunto foi o vetor de expansão urbana da Cidade para a Zona Norte, pois a partir de sua construção ocorreu o deslocamento não apenas da população, mas de equipamentos e serviços em uma área que antes estava fora do perímetro urbano. Viabilizando o surgimento de outros conjuntos populares e ocupações espontâneas que foram construídos em seu entorno.

1 INTRODUÇÃO

As discussões referentes à habitação estão presentes nos estudos de arquitetos, economistas, engenheiros, geógrafos, antropólogos, sociólogos entre outros, sobre diferentes perspectivas de análise, mas, sem dúvida a prevalência desses estudos se direciona para a atuação do Estado em frente o problema da habitação. É de fundamental no que se refere à produção de moradia compreender o papel do Estado, possuidor de complexa e variada gama de ações que afetam, tanto as grandes empresas como a população em geral. O Estado atua na organização espacial da cidade, suas ações são complexas e variantes tanto no tempo como no espaço sendo de sua responsabilidade, ao que se refere ao espaço urbano, a elaboração de leis e normas vinculadas ao uso da terra, entre outras: do zoneamento e códigos de obras, o que possibilita a ele o controle sobre o espaço urbano e a reprodução ampliada do capital.

Constituindo-se como fonte rica para discussões, o tema da pesquisa se constitui com um “olhar geográfico”, sobre as políticas públicas habitacionais populares realizadas pelo Governo do Estado. Sua atuação, juntamente com o surgimento das ocupações espontâneas (que não deixa de ter a participação do Estado pela sua omissão surgimentos das mesmas), é responsável pelas direções em que ocorreu a expansão da cidade.

Por políticas públicas entende-se as ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) realizam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. O presente artigo é voltado para as políticas públicas ocorridas em Manaus no período de 1980-2008. E para sua realização elegemos como ponto de observação e análise

o Bairro Cidade Nova, localizado na Zona Norte de Manaus. O nome do bairro teve origem no conjunto habitacional construído com recursos do Sistema Financeiro da habitação, que se constitui vetor de expansão urbana para Zona Norte devido ao número de conjuntos populares e das ocupações espontâneas que ocorreram no seu entorno.

A proposta deste trabalho é analisar as políticas públicas habitacionais populares realizadas pelo Governo do Estado, na Zona Norte da cidade de Manaus, no período 1980-2008, o que nos permite traçar um histórico da atuação do Estado na produção de moradia neste período, e elegemos como área de aplicação da pesquisa a zona norte da cidade especificamente o bairro Cidade Nova cuja construção ocorreu no início da década de 1980. O conjunto foi o vetor de expansão urbana da Cidade para a Zona Norte, pois a partir de sua construção ocorreu o deslocamento não apenas da população, mas de equipamentos e serviços em uma área que antes estava fora do perímetro urbano. Viabilizando o surgimento de outros conjuntos populares e ocupações espontâneas que foram sendo construindo na Zona Norte.

É necessário ressaltar ainda, que o artigo faz parte de um projeto vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira – NEPECAB sendo uma ramificação do projeto maior intitulado “As transformações na rede urbana na Amazônia Ocidental: análise da influência do Pólo Industrial de Manaus na fronteira norte Amazonas-Roraima” financiado pelo Edital MCT/CNPq/CT-Amazônia n° 055/2008 (Processo n°575517-2008-5).

2 OS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UTOPIA OU REALIDADE

A habitação, independentemente qual seja a sociedade, o tempo, e as condições espaciais é uma necessidade básica de todo ser humano. É importante destacarmos que o termo habitação é utilizado neste trabalho, para além do mero abrigo, a existência de todo um conjunto de equipamentos e serviços, ou seja, o espaço da moradia, espaço de vizinhança, espaços públicos.

Segundo Silva (1992) “Desde as cavernas primitivas até os finíssimos apartamentos de ‘cobertura’ da atualidade, muitas têm sido as modalidades de moradia ou de opções arquitetônicas” Entre essas opções que refletem fatores culturais, sociais, e econômicos podemos citar, como exemplos, as casas flutuantes, moradias suspensas que refletem a adaptabilidade do homem que vive na Amazônia, tendo em vista, o regime hidrológico dos rios da região, os iglus dos esquimós, as ocas e malocas das etnias indígenas, as casas de taipas, e servindo de abrigo as pontes e viadutos das grandes cidades.

No Brasil as políticas públicas voltadas para suprir o *déficit* habitacional são poucas e insuficientes. Historicamente, as primeiras atuações do Estado na questão da habitação ocorreram quando às condições das moradias passaram a constituir séria ameaça à saúde pública denunciada pelos higienistas, na cidade de São Paulo em meados da década de 1880 (BONDUKI, 2004).

Até a década de 1930, surgiram várias modalidades de moradia para abrigar grupos sociais de baixa renda, construídas pela iniciativa privada, em sua maioria, moradia para locação, denominada de produção rentista. A produção rentista propiciou o surgimento de diversas modalidades de moradia para aluguel. Entre elas, o cortiço-casa de cômodos, casas geminadas e as vilas operárias.

Segundo Villaça (1986) as vilas operárias foram construídas em números insuficientes, só uma parcela dos operários teve acesso a essas moradias, em geral operários com algumas qualificações, além disso, eram utilizadas como meio de exercer um controle sobre a força de trabalho. As vilas operárias possuíam modalidades uma promovida por empresas: destinadas aos seus funcionários e outra produzida por investimentos privados e destinados ao mercado de locação.

Em 1946 criou-se a Fundação da Casa Popular (FCP), primeiro órgão criado âmbito nacional criado para atender exclusivamente as questões habitacionais, que em dezoito anos de existência produziu 143 conjuntos habitacionais com 18.132 unidades. A Fundação da Casa Popular foi um fracasso, com muitas promessas, e poucas realizações.

Posteriormente a FCP foram criados o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) pela Lei nº 4.380 de 21 de janeiro de 1964, visando promover a construção e a aquisição da casa própria para a população de menor poder aquisitivo, mas, “[...] o BNH não só jamais tomou qualquer medida eficiente no sentido de organizar a indústria da construção civil e aumentar sua produtividade, como na realidade desempenhou funções totalmente alheias aos seus objetivos” (BOLAFFI, 1982, p. 50). E os investimentos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) favoreceram predominantemente as classes médias e altas. A maior parte dos recursos utilizados pelo Sistema Financeiro da Habitação procedia do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como providentes das cadernetas de poupança - SBFE.

O cenário era este as políticas públicas não eram eficientes e suficientes, a produção privada também não atendia a demanda habitação lembrando, ainda, que seu custo era significativamente superior, a realidade financeira de muitos trabalhadores, e o aumento populacional nas grandes cidades, agravava ainda mais o problema da habitação no Brasil.

3 O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAL EM MANAUS

Embora diante do paradoxo que eram as ações do BNH, foi no período de sua existência que ocorreu de fato uma Política Nacional de Habitação. É o que se comprova com os programas implantados pelo BNH dentre eles, criado com os fundos do Sistema Financeiro da Habitação, o Programa da Companhia de habitação (COHAB), pelo então governador Arthur Cezar Ferreira Reis a COHAB-AM, através Lei nº. 226 de 27 junho de 1965. A COHAB-AM (Atual Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB) foi criada com a finalidade de estudar as questões relacionadas com a habitação de interesse social e de executar as suas soluções, de acordo com a Lei Federal 4.380/64, do Sistema Financeiro de Habitação.

Os primeiros conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-AM foram os Conjuntos Costa e Silva (no atual bairro Raiz) e Flores (no bairro de mesmo nome) construídos com a finalidade de abrigar os moradores da Cidade Flutuante que se localizada nas margens do Rio Negro.

O Conjunto de Flores foi construído na Zona Centro-Sul, sendo o primeiro conjunto habitacional popular construído pelo financiamento do Sistema Financeiro da Habitação. O Conjunto foi construído e entregue em etapas totalizando 336 unidades habitacionais. O Conjunto Costa e Silva foi como já mencionamos abrigar os moradores da antiga Cidade Flutuante, pelo então governador Arthur Reis para solucionar o problema. As moradias

eram sorteadas e quem fosse contemplado recebia o imóvel, e um carnê de pagamento que durou entre sete a quinze anos.

No final da década de 70 foi construído o conjunto Castelo Branco em uma área que atualmente pertence ao bairro Parque Dez de Novembro, que possuía balneários, chácaras e clubes, o conjunto foi construído em duas etapas totalizando 1.694 unidades habitacionais. É válido ressaltar a participação da comunidade na área que buscaram sem combater as ações dos grileiros na área. Em 1973 as ruas foram afastadas, e em 1977 por insistência dos moradores da área foi construído, na administração do prefeito Jorge Teixeira de Oliveira, o CSU (Centro Social Urbano) beneficiando a comunidade com uma extensa área verde, duas piscinas, quadra polivalente e dois campos de futebol. Foi construída também uma creche em tempo integral, atendendo a crianças com idade de três a cinco anos. Outro projeto importante que ocorreu na área foi à criação em 1992 do Parque Municipal do Mindu. Com intensa e diversificada concentração de atividades comerciais, agências bancárias, escolas (públicas e particulares), serviços de saúde, delegacia, áreas de lazer e desportos, o Bairro Parque Dez é bastante almejado tanto pelo setor comercial quanto imobiliário. E partir do ano 2000 a área passou por um intenso processo de verticalização (Oliveira e Costa, 2007).

Em seguida, foi construído o Conjunto 31 de março, conhecido como Japiim, na (Zona Sul), próximo ao Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, que deu origem ao Bairro Japiim com um total de 2.127 unidades habitacionais. Quando os moradores receberam as casas não havia rede de distribuição de água, os moradores utilizavam o igarapé do Rodrigues, para lavar roupa, louça e para tomar banho, além de não possuir água encanada também não havia no conjunto luz elétrica, ruas asfaltadas e transporte coletivo. O entorno do conjunto foi sendo ocupado por ocupações espontâneas. No mesmo período, foi construído o Conjunto Ajuricaba (Zona Centro-Oeste) com 1.127 unidades habitacionais construídas por etapas. A infraestrutura instalada no conjunto possibilitou a inserção de outros conjuntos habitacionais bem como diversas ocupações espontâneas.

O mapa a seguir (figura 1) mostra a distribuição espacial de alguns conjuntos habitacionais de Manaus segundo a década que foram construídos e os eixos que direcionaram a expansão urbana da cidade a partir da zona Sul (bairro Centro) em direção a zona Norte da Cidade. Os conjuntos construídos em Manaus a partir dos anos de 1960, pela intervenção do Estado constituíram vetores de expansão urbana de Manaus.

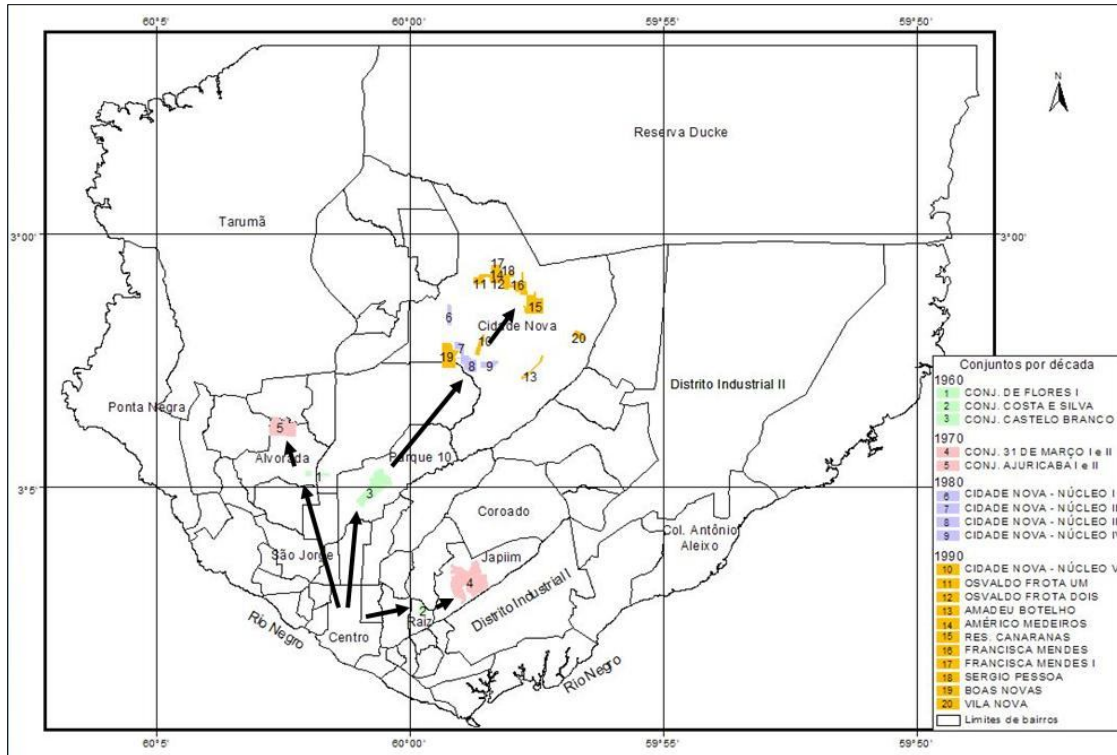


Fig. 1 Conjuntos Habitacionais e os Eixos de Crescimento da Cidade de Manaus

4 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MANAUS

Segundo Nogueira *et al* (2007) o crescimento demográfico na cidade de Manaus possui duas frentes. A primeira até a década de 1970 em que as áreas de ocupação estavam concentradas nas zonas administrativas Sul, Centro Sul, Oeste e Centro Oeste. Neste período as margens dos igarapés da cidade eram densamente povoadas. E a segunda ocorreu com a implantação da Zona Franca de Manaus que possuía um papel polarizador, pois com sua implantação ocorreu um constante fluxos migratórios de pessoas atraídas pela oportunidade de emprego que ela oferecia. Com isso, no final da década de 1970 começa a expansão para as zonas administrativa Leste e Norte por ocupações regulares e/ou irregulares.

Segundo Araújo (2009) a migração ocupou um papel fundamental para o crescimento demográfico da cidade. Em 1970 a população residente em Manaus vinda de outras localidades correspondia a 24% da população. Em 1980 esse percentual aumentou para 34%.

Com acelerado crescimento demográfico a cidade de Manaus sofreu ampliação espacial, e o processo de ocupação foi seguindo a morfologia do terreno, de um lado, grupos abastados ocuparam os terrenos em áreas planas e bem situados. Enquanto de outro, grupos economicamente desfavorecidos foram destinadas, as áreas de encosta, nas margens e nos leitos dos igarapés como mostra a figura 2.



Fig. 2 Palafitas as margens do Rio Negro

4.1 O conjunto cidade nova: vetor de expansão (1980-1990)

O Conjunto Cidade Nova foi construído por meio de financiamento do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Idealizado pelo então Governador José Lindoso, o Conjunto começou a ser construído no início de 1980 e prometendo ser um grande projeto habitacional com 15.000 unidades habitacionais, porém foram entregues somente 1.800 na primeira etapa da construção, denominada de Cidade Nova I como mostra a figura 3.



Fig. 3 Conjunto Cidade Nova em 1981

Os moradores receberam as casas da Sociedade de Habitação do Estado do Amazonas (SHAM), através de pagamento mensal que durou em média 25 anos, para a quitação da casa, nas últimas parcelas alguns moradores chegaram a pagar trinta reais. Os moradores receberam as casas sem luz elétrica e água, eles solicitaram das empresas responsáveis pelos serviços, que realizavam as instalações através de sistema de luz e água que tinha nas ruas ligando-as até as residências.

No mesmo ano que foi entregue o Conjunto Cidade Nova I também foi entregue as escolas estaduais: Senador João Bosco Ramos de Lima, Desembargador André Vidal de Araújo e Professora Hilda de A. Tribuzy. Para adquirir serviços como saúde e o bancário os moradores tinham que se deslocar até o centro da cidade. Segundo escritos deixados pelo Padre Pedro Vignola, fundador da Igreja São Bento6, primeira igreja da Cidade Nova, de participação ativa na busca por melhoria no conjunto, falecido há três anos, relatou: “Sozinho (ele) com 1.800 casas e muitos moradores, sem igreja, sem nada, só uma casa

emprestada para morar”. Ressaltando o isolamento em que se encontravam os moradores dos conjuntos.

Na segunda etapa, foram construídas outras 3.839 unidades habitacionais entregues em 1985, formando até o núcleo 14. A Cidade Nova III foi entregue em 1986, formada pelo núcleo 15. Já na quarta etapa foi construído o núcleo 16. As áreas que correspondem aos núcleos 17 ao 20, foi construído o Amazonino Mendes (antigo Mutirão). O Mutirão trata-se de um loteamento surgiu em 1988, criado pelo então governador Amazonino Mendes, que disponibilizou madeira para a construção das casas que foram construídas por ajuda-mútua, por isso, durante muitos anos a área foi chamado de Mutirão. A quinta etapa foi entregue em 1990 com os núcleos 21 ao 24. Somando as etapas do Conjunto Cidade Nova foram construídas 8.804 unidades habitacionais entre os anos 1981 a 1990 como é indicado na tabela 1. E durante o intervalo entre a quarta e quinta etapa foi construído a primeira etapa do Conjunto Renato Souza Pinto ao norte da Cidade Nova II, com 500 casas.

Tabela 1 Conjunto Cidade Nova

| Casas entregues 1981-1990 | | |
|---------------------------|---------|--------------|
| Conjunto | Entrega | SHAM |
| Cidade Nova I | 1981 | 1.800 |
| Cidade Nova II | 1985 | 3.839 |
| Cidade Nova III | 1986 | 750 |
| Cidade Nova IV | 1988 | 1.215 |
| Cidade Nova V | 1990 | 1.200 |
| Total | | 8.804 |

O conjunto foi o vetor de expansão urbana da Cidade para a Zona Norte, pois a partir de sua construção ocorreu o deslocamento não apenas da população, mas de equipamentos e serviços em uma área que antes estava fora do perímetro urbano. Viabilizando o surgimento de outros conjuntos populares e ocupações espontâneas que foram sendo construindo na Zona Norte.

4.2 Políticas Habitacionais: a proliferação dos conjuntos habitacionais no Bairro Cidade Nova

Com expansão da Cidade para Zona Norte, o Conjunto Cidade Nova tornou-se o Bairro Cidade Nova. Entre 1981(entrega da primeira etapa do Conjunto Cidade Nova) até o ano de 2008 foram construídos no bairro 28 conjuntos habitacionais populares totalizando 27.379 unidades habitacionais. Um exemplo, destes conjuntos constatamos na figura 4.



Fig. 4 Conjunto Villa Nova

Os conjuntos foram destinados para inscritos nos projetos da SUHAB, servidores públicos, moradores que tinham suas casas as margens dos igarapés, em áreas consideradas de risco. Construídos com estruturas e padrões diferenciados, algumas residências alvenaria outras de madeira como, por exemplo, as do Conjunto Boas Novas construídas em 1997 com 500 casas com 2 quartos e sala.

Entre os Conjuntos construídos após o Conjunto Cidade Nova destacamos inicialmente, Conjunto Nova Cidade que segundo Oliveira e Costa (2007) a partir de sua construção foi ampliado os domínios espaciais da cidade, que avança sobre a floresta pelas ‘terras firmes’ da Zona Norte. O Conjunto possui um total de 9.500 unidades habitacionais que foram entregues no período de 2001-2008. A construção do Conjunto visava atender, os servidores públicos estaduais com renda mensal entre três e dez salários mínimos - na época o salário mínimo no Brasil correspondia a R\$180,00 - sendo o prazo de pagamento em até 240 meses com as prestações descontadas em folha de pagamento. Atualmente segundo informações da Suhab além de atender aos servidores públicos estaduais as casas populares também foram direcionadas as famílias beneficiadas pelo Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM.

Ao atentarmos a questão da localização da Nova Cidade, que corresponde a figura 5, constatamos que como ressalta Villaça (2001) o conjunto se encontra na periferia afastada ‘lado de lá’ da cidade. As localizações são definidas pelas condições e possibilidades de acesso de cada indivíduo aos recursos do espaço urbano. Essas condições e possibilidades são por sua vez, determinadas pela organização social e pelos meios de transporte (VILLAÇA, 2001). Para “suprir” as necessidades dos moradores, governo construiu: SPA (Serviço Pronto Atendimento), escolas de nível básico - ressaltamos a falta de escolas de educação infantil e centro de ensino superior, delegacias, entre outros serviços não somente neste conjunto como em outros que também são afastados da área central. Mas esses serviços não são suficientes, pois a maioria dos moradores trabalha em áreas oposta ao conjunto, e necessita utilizar os ônibus coletivos e tendo em vista que o grande problema de deslocamento em Manaus se dá em virtude da situação precária em que se encontra o sistema de transporte público que “aumenta” as distâncias entre os pontos de deslocamento do espaço urbano.



Fig.5 Conjunto Nova Cidade

Iniciado como um Conjunto destinado à população de menor poder aquisitivo da cidade, constituindo-se um grande projeto habitacional, o Conjunto Cidade Nova trouxe grandes transformações no espaço urbano de Manaus. Todavia, a ineficiência das políticas públicas foi incapaz de contemplar o contingente populacional, resultando em ocupações irregulares, invasões marcantes na cidade na década de 1980. O “legal” e “ilegal” passaram a conviver no espaço urbano da cidade.

5 CONCLUSÕES

Para a cidade de Manaus o estopim do problema habitacional ocorreu com implantação da Zona Franca, que atraiu a população do interior e de outros Estados para a área urbana do município. Para o desenvolvimento da Zona Franca era importante a mão de obra, mas para esta mão de obra era necessária uma moradia. E como resolver esta questão? O Estado demorou, “mascarou a realidade” e as margens dos igarapés foram sendo ocupadas. Esse tipo de ocupação, em área de risco é consequência: da falta de opção da população que não tem recursos para subsidiar sua moradia e descaso do poder público que mesmo ciente desta realidade, o Estado é tolerante e acomoda o ilegal por ser ausente, demorando muito para agir, e muitas vezes as providências só são tomadas como medidas de emergência quando ocorre um desmoronamento, por exemplo, ou quando há interesses externos ao problema, quando a moradia pode atrapalhar os lucros dos agentes sociais dominantes.

O Estado é o agente principal do espaço urbano, cabe a ele, políticas públicas para as classes de menor poder aquisitivo. O projeto Cidade Nova tinha a proposta de minimizar o problema habitacional, foram construídas 8.804 unidades habitacionais nas cinco etapas do conjunto. Mas habitação não é somente um abrigo, é também lugar de reprodução social, os moradores necessitavam relacionarem-se uns com outros, usufruírem de espaço para lazer, dos equipamentos e serviços urbanos. Mas a área era totalmente isolada, e os moradores excluídos. Pelas características da área, aparentava ser um bairro dormitório, onde os trabalhadores voltavam no final da tarde após um dia de trabalho. Muitos moradores não suportaram o isolamento e venderam suas casas e os que ficaram tiveram que passar por muitas dificuldades.

As políticas públicas voltadas para promoção da habitação, são quase sempre implementadas em áreas periféricas, as pessoas de menor poder aquisitivo enfrentam a

realidade de ter que morar em casas insalubres em um espaço exíguo, casa amontoadas umas sobre as outras. Em alguns casos, como ocorreu na Cidade Nova, nos casos dos “embriões”, há também o amontoado de pessoas, num único cômodo chegava a morar mais de cinco pessoas.

Além da falta de qualidade, outro problema ligado a questão da habitação é que sua produção é insuficiente, ou seja, não atende toda a população que necessita adquiri-la. Outra constatação é que apesar das muitas críticas feitas ao BNH, sua importância é fundamental para o país, pois ele teve de fato uma Política Nacional de habitação. Antes do BNH, a provisão de habitação era realizada predominantemente pelo setor privado formal e informal. A atuação do BNH foi realizada por meio do Sistema Brasileiro de Habitação (SFH) que era mantido com os recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), e como os recursos somados pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), fontes de recursos independentes de incertezas políticas.

É relevante ainda destacamos que embora a ação do Estado na produção de habitação seja de grande importância, não consegue ao menos assiste à população inserida no mercado de trabalho, são poucas as que possuem as condições exigidas para o financiamento. Para adquirir uma casa própria nos conjuntos do bairro Cidade Nova, por exemplo, era necessário possuir na maioria dos casos renda de três salários mínimos e nos outros casos mais do que isso. A situação desses, não deve ser pior do que aqueles que sobrevivem com um salário mínimo, e são esses os que mais necessitam e são eles que buscam o acesso à moradia por meio das ocupações espontâneas.

6 REFERÊNCIAS

Araújo, E. S. (2009) Desenvolvimento urbano local: o caso da Zona Franca de Manaus, **Revista brasileira de Gestão Urbana**, 1(1), 33-42.

Bolaffi, G. (1982) Habitação e urbanismo: problema e o falso problema, in M. Ermínia, **A produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**, Alfa Omega, São Paulo.

Bonduki, N. (2004) **Origens da habitação no Brasil Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**, Estação Liberdade, São Paulo.

Nogueira, A. C. F., Sanson, F. e Pessoa, K. 2007, A expansão urbana e demográfica da cidade de Manaus e seus impactos ambientais. **In Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil**, INPE, 5427- 5434.

Oliveira, J. A. e Costa, D. P. 2007 Conjuntos habitacionais e a urbana de Manaus: Filigramas do processo de construção urbana e o papel das políticas habitacionais, **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, 11 (6), 32-47.

Silva, A. A. (1992) **Política social e cooperativas habitacionais**, Cortez, São Paulo.

Villaça, F. (1986) **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**, Global, São Paulo.

Villaça, F. (2001) **Espaço intra-urbano no Brasil**: Studio Nobel, São Paulo.